

Para despertar o interesse e o olhar crítico do aluno sobre o espaço geográfico de Marialva-PR, um lugar da globalização

Gabriel Benedito Oliveira de Sá Santos¹ - Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0713-807X>

Leonardo Dirceu de Azambuja² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2198-4171>

¹ Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, Brasil*

² Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, Brasil**

Artigo recebido em 17/01/2025 e aceito em 01/06/2025

RESUMO

Este artigo possui como pressuposto a análise da prática pedagógica da Geografia na educação básica, focando na importância do estudo de temáticas globais analisadas pelas escalas locais. Sendo assim, verificando o quanto os alunos despertam curiosidades e participações durante as aulas, uma vez que estas devem permitir a comunicabilidade entre professor-conhecimento-aluno. Para tanto, o presente trabalho possui como alicerce a construção do conhecimento geográfico a partir da interlocução entre o estudo do global pelo local. Para isso, faz referência a uma prática pedagógica realizada no Colégio Estadual Cívico-militar Pedro Viriato Parigot de Souza, em Marialva, estado do Paraná. Das diversas temáticas trabalhadas em sala de aula, duas delas tornaram-se alvo de uma metodologia voltado ao estudo do global pelo local. Aquele assunto que para o aluno é tão distante, com a análise multiescalar, estas distâncias *se encurtam e por vezes se contrastam*, ou seja, torna o aluno enxergar as problemáticas geográficas por meio das descomplexidades promovidas pelo professor, cujo papel é mediar o conhecimento e o aluno. Com isso, é evidente que, em sala de aula, o aluno se familiariza com a temática na medida em que é encontrada e ou relacionada com as proximidades de suas vivências.

Palavras-chave: ensino de geografia; espaço urbano; estudo do global; estudo do lugar.

* É graduado em Geografia (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual de Maringá. Possui Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Cesumar. É mestrando em Geografia, na área do Ensino de Geografia, pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é professor pelo Colégio Passionista São José – Jandaia do Sul - PR. E-mail: pg405159@uem.br.

** É graduado em Geografia (Licenciatura Plena) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1979), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atualmente é professor associado, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá - PR. E-mail: ldazambuja@uem.br.

To awaken students' interest and critical view of the geographical space of Marialva-PR, a place of globalization

ABSTRACT

This article is based on the analysis of the pedagogical practice of Geography in basic education, focusing on the importance of studying global themes analyzed by local scales. Therefore, verifying how students are aroused by curiosity and participation during classes, since these should allow communication between teacher-knowledge-student. Hence, this work has as its foundation the construction of geographic knowledge from the interlocation between the study of the global through the local. To this end, it refers to a pedagogical practice carried out at the Pedro Viriato Parigot de Souza State Civic-Military School, in Marialva, state of Paraná. Of the various themes addressed in the classroom, two of them became the target of a methodology focused on the study of the global through the local. That subject that is so distant to the student, with multi-scale analysis, these distances are shortened and sometimes contrasted, that is, it makes the student see the geographical problems through the decomplexities promoted by the teacher, whose role is to mediate knowledge and the student. With this, it is clear that, in the classroom, the student becomes familiar with the theme to the extent that it is encountered and/or related to the proximity of their experiences.

Keywords: Teaching of Geography; urban space; study of the global; study of place.

Despertar el interés y la visión crítica de los estudiantes sobre el espacio geográfico de Marialva-PR, lugar de globalización

RESUMEN

Este artículo se basa en el análisis de la práctica pedagógica de la Geografía en la educación básica, centrándose en la importancia de estudiar temas globales analizados a escalas locales. Por ello, comprobar en qué medida los estudiantes despiertan la curiosidad y la participación durante las clases, ya que estas deben permitir la comunicabilidad entre profesor-conocimiento-alumno. Para eso, el presente trabajo tiene como fundamento la construcción de conocimiento geográfico a partir del diálogo entre el estudio de lo global y lo local. Para eso, se refiere a una práctica pedagógica realizada en el Colégio Estadual Cívico-militar Pedro Viriato Parigot de Souza, en Marialva, estado de Paraná. De los diversos temas trabajados en el aula, dos de esos se convirtieron en objeto de una metodología encaminada a estudiar lo global a través de lo local. Ese tema que para el estudiante resulta tan lejano, con el análisis multiescala esas distancias se acortan y en ocasiones se contrastan, es decir, hace ver al estudiante los problemas geográficos a través de las descomplejidades promovidas por el docente, cuyo rol es mediar el conocimiento y el estudiante. Por lo tanto, es evidente que, en el aula, el estudiante se familiariza con el tema a medida que lo encuentra y/o lo relaciona con la proximidad de sus experiencias.

Palabras-clave: Enseñanza de Geografía; espacio urbano; estudio de lo global; estudio del lugar.

INTRODUÇÃO

A escola possui um papel fundamental na vida dos alunos, os quais, ao longo dos anos de vivência com este ambiente transformam sua visão de mundo. Quanto a isso, a prática pedagógica na educação básica, em especial do professor de Geografia, deve proporcionar ao alunado um despertar participativo focando na importância do estudo de temáticas recortadas da realidade e com análises multi-escalares, ou seja, contemplando interpretações do local ao global. Sendo assim, verificando o quanto os alunos despertam curiosidades e participações durante as aulas, uma vez que estas devem permitir a comunicabilidade entre professor, conhecimento e o aluno, uma amálgama que não deve ser desassociada na medida em que define o sentido da educação escolar em meio ao mundo atual.

O conhecimento aqui referido é o geográfico, ou seja, de aprendizagem da interpretação das relações dos sujeitos sociais e o lugar onde vivem. Quer dizer, oportunizar aos alunos a compreensão da realidade e com isso, da sua inserção no espaço geográfico compreendido e constituído enquanto “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]” (Santos, 1994, p. 90). Compreender ainda, que este espaço construído e em constante reconstrução torna-se objeto de estudo da Geografia e da Geografia Escolar.

No período atual dessa realidade socioespacial efetivada cada vez mais pela ciência, tecnologia e informação, em meio ao que se define como globalização, a qual aproxima os lugares do acontecer unitário, desigual, mas solidário, onde, “o mundo oferece as possibilidades, e o lugar oferece as ocasiões.” (Santos, 2008, p. 147). Isso se dá pelo fato de que a conceituação de lugar nos leva a refletir sobre as peculiaridades da população, os sentimentos, o pertencimento, as ocasiões.

Este lugar expressa sentidos por meio de suas funcionalidades socioespaciais, as quais atribuem significados a seus objetos. Assim, conjectura-se que a Geografia corresponde a uma ciência histórica e atual que se instrumenta de leituras e releituras de espaços, tempos e sujeitos tendo como ponto inicial suas categorias de análise. Por isso, Santos (2008, p. 63) esclarece que a geografia precisa se preocupar com o processo de formação das relações e dos objetos os quais são conectados dialeticamente através das ações humanas e onde cada singularidade se torna interdependente.

Com isso, de todo modo, a dinamicidade do município de Marialva, enquanto lugar de referência neste estudo, se perpetua pelo espaço que o conecta – um espaço de relações internas e externas, as quais todos os lugares expressam suas subjetividades, suas funções, suas redefinições. Ou seja, “é o lugar que atribui às técnicas o princípio da realidade histórica, relativizando o seu uso,

integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica.” (Santos, 2006, p. 58). Para tanto, a ocupação territorial define a utilização dos espaços geográficos, os quais se organizam através das diferentes sociedades. Atribuindo, assim, as formas de apropriações e utilizações do espaço natural constituindo o espaço social.

Da formação de Marialva pode ser identificado o processo de constituição do espaço geográfico. Do período anterior a ocupação por migrantes italianos e japoneses Marialva ainda se identificava como um meio natural. Na formação até a atualidade as transformações socioespaciais incluem atualizações com a incorporação ao território de meios técnicos, técnicos-científicos e, técnico-científicos e informacionais. Essa atualização faz de Marialva um espaço em rede ou um lugar da globalização.

As produções espaciais servem desse modo, a uma unificação por meio de redes, marcadas pelos espaços das horizontalidades e verticalidades, as quais seguem formas e normas da globalização, regidas pela competitividade mundial. Sendo assim, as verticalidades impostas pela globalização marcam a perturbação das horizontalidades dos lugares, lugares estes que presenciavam uma contiguidade funcional, mas que, atingidas pela conectividade das redes globais, alteram seus valores para escalas globais. O global se faz realidade no local ou nos lugares.

Em suma, é este o lugar estudado neste trabalho – um lugar que se origina pela sua operatividade sociocultural, que no território expressa sua técnica e que no espaço expressa sua indissociabilidade. Tendo ou entendendo Marialva como um lugar da globalização - da materialidade do global que acontece no lugar - este acontecer é percebido em diferentes escalas as quais precisam ser descritas em sala de aula através de problematizações realizadas pelo professor.

Neste espaço do acontecer, os objetos e as ações se processam, cada vez mais de maneira inquieta, onde os contrastes se expressam. Assim, Goergen (2010, p. 14) diz que:

Não é exagerado dizer que a educação se encontra num momento de profundas transformações cujos rumos ainda não podemos prever. Um dos aspectos marcantes dessas mudanças é o fato de elas terem origem externa, ou seja, de serem estimuladas por inovações e movimentos vindos outros contextos e ambientes [...]. Vivemos o desconforto e a insegurança da instabilidade fecunda de tempos criativos em que o novo desafia o velho [...].

Este novo, que segundo Santos (2021) causa um choque e muda as relações preexistentes estabelecendo outras, as quais, por vezes não se tornam presente na percepção do aluno. Muitas vezes,

estas introduções passam por despercebidas pelo fato desses sujeitos não as enxergarem materializadas no espaço ao seu entorno. O ensino de Geografia pode ou precisa elaborar essas ligações por meio das interpretações geográficas a serem oportunizadas no estudo dos conteúdos escolares.

Diante disso, o presente artigo possui como pressuposto a análise da prática pedagógica da Geografia na educação básica, focando na importância do estudo de temáticas globais analisadas pelas escalas locais. Sendo assim, verificando o quanto os alunos despertam curiosidades e participações durante as aulas, uma vez que estas devem permitir a comunicabilidade entre professor-conhecimento-aluno. Para isso, faz referência a uma prática pedagógica realizada no Colégio Estadual Cívico-militar Pedro Viriato Parigot de Souza, em Marialva, estado do Paraná. Das diversas temáticas trabalhadas em sala de aula, duas delas tornaram-se alvo de uma metodologia voltado ao estudo do global pelo local. Com isso, é evidente que, em sala de aula, o aluno se familiariza com a temática na medida em que é encontrada e ou relacionada com as proximidades de suas vivências.

SOBRE MARIALVA ENQUANTO UM LUGAR DA GLOBALIZAÇÃO

Para situar Marialva como espaço geográfico e, na atualidade, como um lugar do mundo globalizado torna-se necessário analisá-lo, primeiramente, como um espaço desenhado “[...] para servir de posto intermediário no mapa da conquista do Norte Novíssimo pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) na década de 1930 [...]” (Marialva, 2015, p.17), posteriormente, sendo passada dos ingleses ao capital brasileiro, chamará Companhia Melhoramento Norte do Paraná (CMNP). E, ainda, segundo Tomaz (p. 7, 2010), essa transição de capital se deve a necessidade de conversão de investimentos dos ingleses para a Segunda Guerra Mundial, o que resultou na venda de suas terras estrangeiras incluindo as localizadas no território brasileiro.

Marialva – um município brasileiro, localizado na região norte do estado do Paraná- em sua formação, atendeu às reorganizações feitas por esta companhia, onde, desde a segunda década do século vinte recebe um contingente de agricultores, principalmente descendentes de italianos e japoneses, impulsionados pela alta demanda de terras em Marialva. Isso impulsionou a atividade cafeeira que foi carro chefe no norte do Paraná, principalmente por conta da “terra roxa” – um solo altamente favorável a esta atividade e que desde meados do século dezenove, recebendo frentes de fazendeiros, gradualmente, se tornou “[...] um “mar de cafezais” e, [...] em pouco tempo, a região

produtora mais importante do país.” (Marialva, 2015, p. 13). Tão pouco a economia local, junto a cultura cafeeira, se ramificou para diversas outras culturas, entre elas o “[...] arroz, milho, trigo, bata inglesa, mandioca, feijão e algodão, entre outros. As pastagens também ocupavam boa parte do solo da região do município.” (Marialva, 2015, p. 13).

O município de Marialva possui em sua formação, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX (1920-1930), o desenvolvimento da cultura do café junto às ricas terras e o clima subtropical, consolidando a área rural como atividade principal no que se refere ao desenvolvimento econômico das famílias que chegavam a essa região. Essa temporalidade do uso espacial (ou a utilização dessa região à cultura do café) atuava, principalmente na região norte do Paraná, ainda em meados do mesmo século, atribuindo à essa região um “mar de cafezais” e, portanto, uma das áreas produtoras mais importante do país.

Não obstante, com a crise do café que se processou a partir de 1950, vários impasses foram gerados, dentre eles, como menciona Almeida (2010): a superprodução cafeeira, a intervenção do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek com o confisco cambial dos exportadores de café, a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural definindo condições para a contratação de mão de obra e, as geadas de 1960 a 1970 que interferiram fortemente na produção cafeeira.

Com esses impasses, embora erradicando diversas áreas de cafezais, fazendo grande parte dos agricultores migrarem para as áreas urbanas, não somente estava decretado o fim do ciclo do café, como também o fim de um ciclo populacional rural – isso referente ao “inchaço” populacional no campo. Afinal, a população que se consolidava nestas áreas dependia da mesma para sua reprodução, a qual estava calcada na cafeicultura. Sendo assim, para os que não se adaptaram, não havendo chances de se reproduzirem, também restaram opções a não ser iniciarem novos ciclos – neste caso, o ciclo da população urbana. Muitos povos que estabeleceram “suas raízes” no campo, não tiveram escolhas a não ser buscarem por outros meios de sobrevivência: agora, no meio urbano. Afinal, a crise cafeeira não somente afetou a principal economia norte paranaense, como também promoveu mudanças na dinâmica populacional.

Consequente disso, Marialva, consolidando sua municipalidade, que fora instituída em 1952, adota uma singularidade em relação aos municípios da região – tendo, além do amplo aumento populacional urbano em contraposição ao drástico declínio populacional rural, a inserção da viticultura como uma prática agrícola de alta aposta econômica por parte dos pequenos agricultores

(já que, financeiramente, não conseguiam investir na atividade de grãos) que queriam continuar a cultivar suas propriedades. (Marialva, 2015).

Observou-se que Marialva se transformou em um lugar propício ao cultivo da uva fina de mesa, principalmente, por parte de descendentes de japoneses. Ademais, essa atividade inicia sua validação a partir da década de 1960, tendo importância econômica já nas décadas de 80 e 90 do mesmo século. (*O exemplo de Marialva e da sua uva fina*, 2021).

Conhecida como a “Capital da Uva Fina”, nos últimos anos, apesar do recuo na quantidade de propriedades de viticulturas devido ao descontentamento de vários viticultores com o retorno econômico dessa cultura, o município ainda se destaca no mercado, como relata Moura (2018):

[...] reconhecida no Estado como a Capital da Uva Fina. O plantio de uva ocupa cerca de 1.500 hectares no município, a produção é de cerca de 50 mil toneladas por ano divididas em duas safras. São cerca de 750 produtores de uva e 1.300 famílias envolvidas diretamente na atividade, sem contar que também emprega em média seis mil pessoas. Isso nos enche de orgulho, pois nossa produção representa 50% de toda produção do Estado, além de abastecer os mercados da região com uva de excelente qualidade, por se desenvolver amparada em pesquisas e assessoria de técnicos, que inovam no manejo das parreiras e consequentemente aumentando cada vez mais a produção das diversas variedades.

Por questões de viabilidade econômica as famílias que dependem da agricultura municipal, além da viticultura, Marialva aposta sua economia em diversas outras atividades primárias praticadas na forma de agricultura familiar. Cabe destacar em especial, o cultivo da lichia, rosas, plantas suculentas, desenvolvimento da apicultura e muitas outras. Ainda, a inserção de monoculturas de grãos, como a soja e o milho, todas elas fortalecendo a economia municipal junto a atividades secundárias e terciárias – no caso da agroindústria, comércio e serviço.

Neste sentido, a agroindústria em Marialva vem se destacando com a inserção de empresas de transformação e comercialização com produtos agrícolas de demanda nacional. É o caso de atividades de gêneros alimentícios, como cooperativas de grãos, terminal de cargas e descargas de grãos e derivados e cooperativas de viticultores, e gêneros combustíveis como o biodiesel e outros derivados. Ainda, empresas comerciais e de assistência técnica ligadas aos ramos de insumos agrícolas e equipamentos articuladas com atividades do campo, empregam diretamente e indiretamente milhares de pessoas no campo e no espaço urbano.

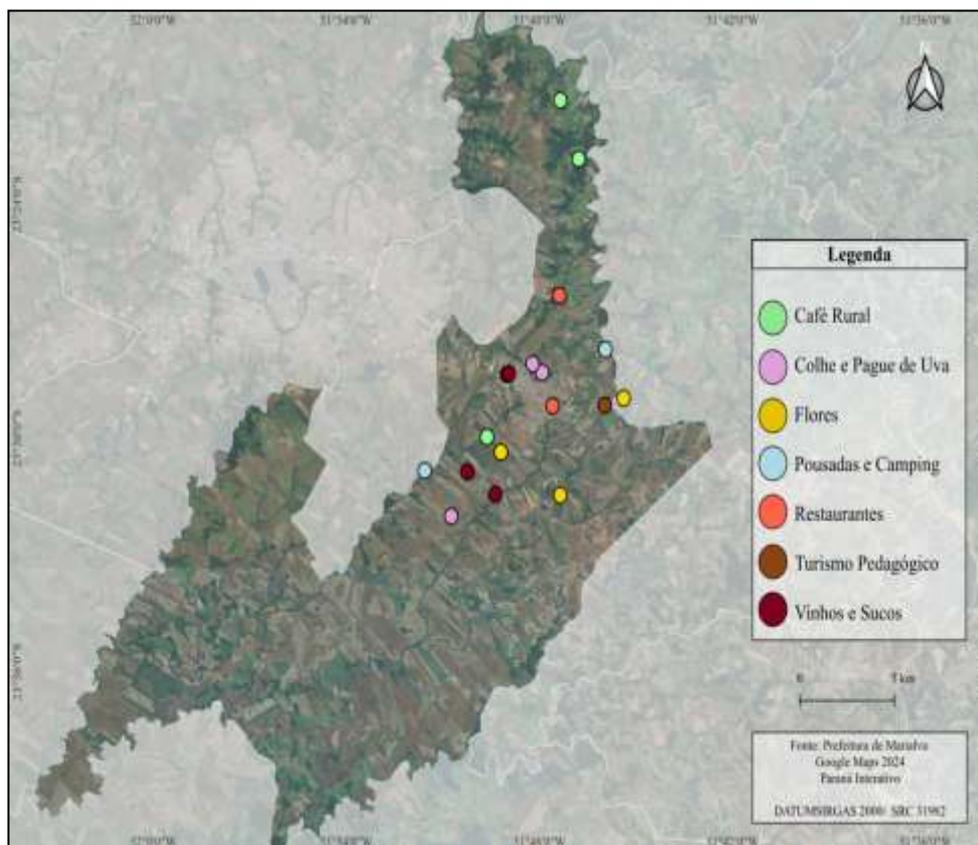
Sobre o setor comercial, empresas do seguimento de vestuário, calçados, utilidades e estética atuam de uma maneira crescente em Marialva, distribuindo-se na região central do espaço urbano e ou em outras porções estratégicas da cidade. Este fato torna interessante mencionar que na cidade de

Marialva o comércio e diversos outros setores de atendimento ao público tem se descentralizado de modo a atender os novos redirecionamentos de habitação do público-alvo. Atualmente é relevante o número e loteamentos e construções e moradias em diversos pontos periféricos da cidade. Em geral, são empreendimentos de pequeno porte e de iniciativa local, ou seja, idealizada por empresários do próprio município.

Outro setor de significativo crescimento no município de Marialva é o de serviços - uma modalidade econômica resultante do próprio desenvolvimento do município, que vão da colonização a municipalização, do rural ao urbano, do café à uva, da agricultura à agroindústria e de abrangência regional ao nacional. A realidade do município expressa esse sentido, onde as atividades econômicas primárias abriram espaços para o desenvolvimento do setor terciário, por exemplo, o turismo rural. Evidencia-se isso pelo fato de Marialva apostar em atividades culturais e turismo rural como é o caso de chácaras de lazer e locação, estancias turísticas, turismo pedagógico rural, agroindústrias de suco, geleia e vinho, praticado, principalmente, pela agricultura familiar e cooperativas, de fruticultores (*Caminhos da Uva, rota do turismo rural de Marialva é lançada na Expo Ingá 2022, 2022*).

Esses aspectos foram fatores que possibilitaram, de acordo Moura (2018) a criação do programa “Caminhos da Uva”, mencionada no site da prefeitura municipal, “[...] pode atrair, por ano, de R\$ 1,5 milhão a R\$ 2 milhões a mais para a economia do município”. Com isso, utilizando a plataforma do Google Maps, a Prefeitura de Marialva construiu um mapa online com propriedades que participam da rota de turismo rural do município, as quais podem ser mencionadas na representação a seguir (figura 1):

Figura 1 – Mapa de localização dos componentes do Turismo Rural de Marialva, 2024.¹



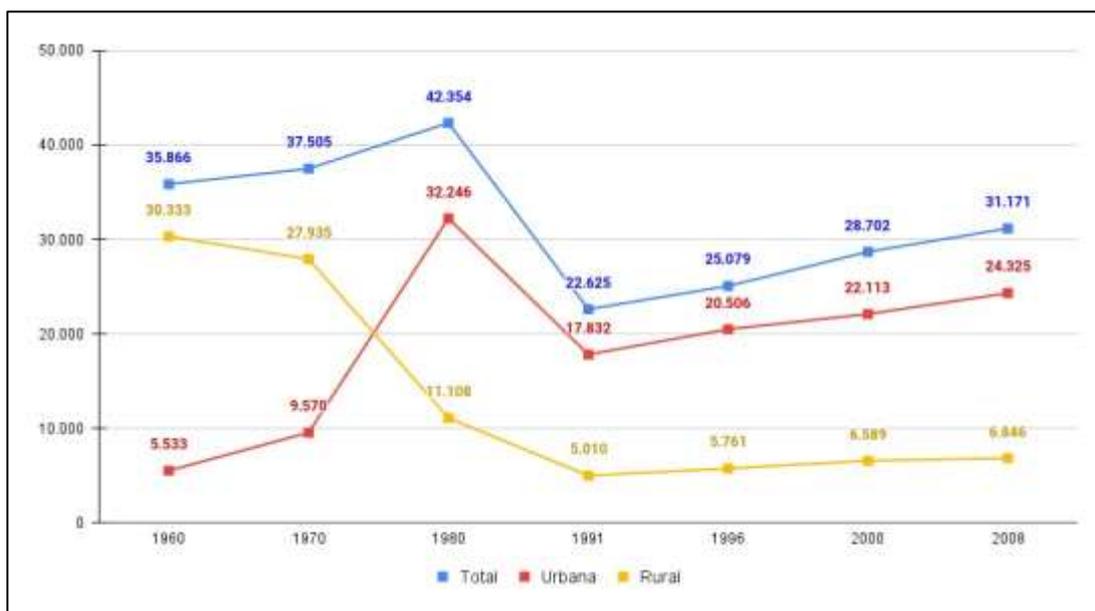
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Google Maps, 2024.

Entre as propriedades destacadas na representação acima, estão pousadas e campings, restaurantes, colhe e pague de uva, floriculturas, vinícolas, café rural e turismo pedagógico todas elas integrantes do programa “Caminhos da Uva”, desenvolvido pela Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer de Marialva, e aberto para novos empreendimentos de turismo rural do município.

Com essas características, Marialva, chegando ao número de 41.851 habitantes, segundo dados do censo demográfico do IBGE (2023), de acordo com informações coletadas até o ano de 2021, aproximadamente, 80% de sua população concentram-se na área urbana do município (Marialva, 2021). Neste sentido, as pessoas que em Marialva residem há anos, registraram seus modos de vida transitoriamente do espaço rural ao espaço urbano, como demonstra a figura 2.

¹ O mapa virtual com as propriedades participantes do programa “Caminhos da Uva” pode ser consultado através do link a seguir: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1ByjvD0aW_fDnOxHDNGw3500HUI85E113&ll=-23.450117124063638%2C-51.8037608703013&z=11.

Figura 2 – Gráfico da evolução populacional de Marialva – 1960 a 2008.



Fonte: Ricieri (2008)

Neste gráfico, destacando a transição demográfica de Marialva que a partir da década de 1970 reconfigurou o uso do espaço – passando do rural para urbano. Essa mudança populacional é um dos efeitos das relações internas e externas que inclui Marialva no contexto, ou seja, como um lugar da globalização. Com isso, e apesar de uma drástica diminuição populacional total na década de 1990, motivada pela diminuição de sua área territorial, a população urbana, em seguida, apresentou um crescimento contínuo, sendo que a população rural acompanhou este processo, porém timidamente de modo a recuar seu número para 6.167 segundo dados do censo demográfico de 2010 (IPARDES, 2024).

Atualmente, como já informado, a população de Marialva é marcadamente mais urbana do que rural. No entanto, observa-se um movimento paralelo e contribuinte à população rural. Ou seja, em Marialva tem sido destaque o aumento do número da população rural temporária, onde muitas pessoas optam por esse espaço como um lugar de “refúgio” temporário do espaço urbano. E isto não revela somente pelas locações ofertadas pelo turismo rural, mas pelo aumento do número de aquisições de propriedades rurais pelas famílias que possuem suas moradias fixas na área urbana de Marialva e até mesmo nos municípios circunvizinhos, e que adquirem propriedades rurais no município de Marialva para o lazer em dias específicos, como feriados, finais de semana e férias.

No mais, relacionado ao gráfico anterior, outro fenômeno de ocorrência comum de grandes e médios centros urbanos e reafirmado em Marialva é a descentralização espacial dos serviços em geral, público (atendimento de saúde, escolas, assistência social e segurança) e privado (centros de treinamento, bancos, comércio em geral e ou supermercados, indústrias e serviços tais como mecânica automotiva, e outros) os quais, atendendo a dispersão da população para áreas periféricas e ou de expansão urbana exercem influência para a criação de novos espaço comerciais e ou de serviços.

De certa forma, estas são algumas das ocorrências motivadas pelas relações internas e externas, por meio das quais movimentos de uma sociedade globalizada se fazem também presentes na cidade de Marialva. São fenômenos que, quando introduzidos em sala de aula como conteúdo contextualizado da temática trabalhada, geram pressupostos para o entendimento da realidade socioespacial focada nessa Geografia Escolar. É um estudo ou um ensino que oportuniza relacionar o global no lugar, ou seja, interpretar o lugar como espaço de materialidade das relações globalizadas. Para esse enfoque de análise ser trabalhado em sala de aula de forma efetiva necessita que o profissional docente se instrumentalize frente às subjetividades de seus alunos, isto é, tenha um amparo contextual da singularidade e universalidade da escola e alunos ali representados. E sobre isso verificaremos a partir do item a seguir.

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA FRENTE ÀS SUBJETIVIDADES DOS ALUNOS

Frente aos conteúdos trabalhados em sala de aula, a instrumentalização do professor vai para além do ato do professor de geografia em se apropriar de recursos materiais didáticos para um efetivo ensino-aprendizagem. Diferente disso, se instrumentalizar significa apropriar-se de conhecimentos de modo a aprimorar o ensino prestado pelo professor. Isto é, se apropriar de ferramentas culturais e científicas para problematizar certo cenário, construindo assim, uma aula rica em perguntas que tornem o aluno interessar-se pelo conteúdo de tal forma que encontre significados. Este é o cerne da Geografia Escolar que deve estar na essencialidade do ser professor.

Ao aluno, mais que saber a informação e armazená-la cabe a tarefa de interpretar para que alcance o objetivo de fazer dessas informações o conhecimento, ou seja, a informação pensada, (re)elaborada. Não um conhecimento pronto, mas um conhecimento passível de mudanças, didaticamente reconstruído na relação com cada realidade. E para isso, de acordo com Callai (1995,

p. 41), o professor deve “[...] fazer das suas aulas oportunidade a que os alunos construam os seus conhecimentos, se interessem pelas aulas e pelas tarefas e compreendam o significado que tem tudo isto.” Com isso, fazendo repensar o ensino de geografia, ao ponto de colocar o aluno em um patamar de reflexão e problematização dos contextos que se processam.

É frente a isso que a essencialidade do professor deve emergir. Uma essencialidade em que o professor sabe o que está ensinando, para quem está ensinando e para quem está ensinando, desse modo, formando uma compreensão das conexidades entre diferentes realidades.

Enquanto professores, devemos perceber que tornar os conhecimentos geográficos acessíveis e significativos aos alunos e caracterizar tal conteúdo como adequado ao alunado é essencial para a efetiva aprendizagem. Isto é, cabe ao professor conhecer a realidade de cada público e saber produzir juntamente com estes, conhecimentos que atraiam, que sejam acessíveis e que produzam certos significados em sala de aula. Portanto, aquele saber disciplinar-pedagógico-didático produzido na formação profissional do professor de Geografia, percorrendo constantes reflexões e adaptações, deve ser transformado no ato docente em conhecimentos na condição de conteúdos escolares geográficos, para que de fato cumpra a sua função social educativa, habilitando o aluno para compreender a realidade.

Busca-se, assim, uma aproximação entre conteúdo-realidade, onde torne os conhecimentos geográficos acessíveis, atraentes e significativos aos alunos, onde se fundamentem na necessidade de expor a utilidade da ciência geográfica no mundo, principalmente no que diz respeito ao lugar do homem no espaço geográfico.

À Geografia Escolar cabe a função de proporcionar um ensino-aprendizado resultante da presença participativa do professor e dos alunos, os quais possam analisar o lugar de sua vivência compreendendo as relações externas que são também parte dessa realidade. Ou seja, fazendo esses sujeitos enxergarem de perto os espaços e tempos globais, isto é, os espaços que se expandem e se desconcentram, os tempos que aceleram e se divergem e, a dissociação das coisas que se rebela. Assim, o global estudado pelo lugar, enquanto uma lente de aproximação do aluno ao conhecimento faz deste sujeito sentir seu lugar no mundo. Portanto, veremos, detalhadamente, que o Lugar enquanto um sensor da realidade do global desperta no aluno, por meio da instrumentalização do professor, o interesse e o olhar crítico.

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: DO LOCAL/LUGAR AO GLOBAL

Como mencionado anteriormente, ao estudar o lugar o aluno encontra, de maneira sensorial, seu lugar na sociedade. Isso quer dizer que é através de estímulos internos, ou seja, de relatos sobre o lugar, ao aluno que é provocado uma reação sensorial, onde o sujeito sente que sua realidade não está desconexa dos acontecimentos em escalas globais. Disso, o conhecimento adquirido do e no lugar desperta o interesse do aluno pelo espaço geográfico. Assim, Castellar (2009, p. 44) dirá que:

O conhecimento das potencialidades do Lugar e das capacidades de ação das pessoas que ali vivem são condições fundamentais para o exercício de fazer do Lugar aquilo que interesse a quem nele vive. Essas potencialidades são marcas decorrentes da estrutura física do Lugar, do contexto em que se insere, das formas de organização das pessoas para realizarem seu acesso aos bens e da forma com que se constitui o tratamento da diferença e da justiça social.

Com isso, transpondo esse assunto para a sala de aula, aquele conteúdo que para o aluno é tão distante, com a análise das consequências em escala local, estas distâncias se encurtam e por vezes se contrastam, ou seja, torna o aluno enxergar as problemáticas geográficas por meio das descomplexidades promovidas pelo professor, cujo papel é também mediar o conhecimento e o aluno.

Os temas a serem estudados estão na realidade dos sujeitos que a estudam, no caso os alunos. Como identificar estes temas e torná-los didáticos em sala de aula? A didática para estudar/ensinar sobre o lugar deve ser indispensável e constante nas aulas de geografia na medida em que considera o lugar dos sujeitos que estão analisando determinado tema. O espaço urbano é um destes locais que predominam o acontecer. E este acontecer precisa ser reconhecido pelos olhares dos sujeitos. A partir disso é que se abrem espaços para experimentos em sala de aula. Utilizar de exemplos próximos para relacionar e compreender exemplos distantes.

Uma das temáticas de grande interesse da Geografia humana, trabalhada fortemente no ensino básico, é a temática “Segregação Socioespacial”. Temática esta que, envolvendo o espaço urbano de vivência dos sujeitos, está imbricada nos processos desiguais, uma vez que este espaço é formado por territorialidades e, conseqüentemente, conflitos. Por isso, ao refletir sobre a cidade pensa-se num conjunto espacial de classes sociais. Evidentemente isso reportará à problemas de diversas ordens, sejam elas ideológicas, econômicas, espaciais (geográficas) sociais, entre outras. Por isso, Negri (2008, p.130) dirá o seguinte:

Cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes de produção do espaço. Uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. Este padrão ocorre por meio da segregação socioespacial [...]

Apoiando-se nos estudos de Marcuse (2004), Negri (2008, p.131) tece que a segregação das classes sociais é dividida em três formas, sendo elas: Divisão Cultural, Divisão Funcional e Divisão por Diferença no Status Hierárquico, das quais focaremos nesta terceira forma de segregação. Esta última tem por conceito as relações de poder, se dando muito mais por questões econômicas, onde as classes sociais se dividem pelo tecido urbano de acordo com a renda individual.

Lobato (1989) também menciona aspectos inerentes à relação de poder, focando na temática segregação residencial enquanto expressão das diferenciações derivadas da divisão social, da existência de classes social diferenciadas na formação das sociedades capitalistas.

Na medida em que estas forças atuam intensamente e durante um longo período de tempo, geram uma marcante fragmentação na estrutura social, ao mesmo tempo em que se verifica crescente concentração de atividades e população na cidade. Da localização diferenciada no espaço urbano destas classes sociais fragmentas, emerge a segregação residencial da cidade capitalista. (Lobato, 1989, p. 62)

A população precisa sempre resolver o problema de como e onde morar. A habitação é um bem com valor de uso e valor de troca, e uma mercadoria seguindo as regras do mercado capitalista. Atende a determinante do valor da terra relacionado com a localização no espaço urbano considerando a acessibilidade e ou outros fatores como infraestrutura de bens e serviços que determinam e reproduzem padrões de construção.

Assim, constata-se em uma perspectiva de auto-segregação das classes médias e ou altas em bairros com mais qualificação de infraestrutura e ou de serviços, ou ainda, em condomínios exclusivos com segurança espaços próprios de lazer e outros. E, em outra perspectiva, as classes médias baixa, de trabalhadores e ou de excluídos que buscam soluções de habitação em sintonia com as suas possibilidades de renda.

Em ambas as situações pode ser direta ou indiretamente o Estado se faz presente. As áreas de habitações das classes média e alta são muitas vezes beneficiadas com avenidas, iluminação, saneamento e outros investimentos estatais, os quais contribuem inclusive para a valorização imobiliária das edificações. Já para as soluções de habitação das classes menos favorecidas o Estado pode interferir por meio de programas sociais de financiamento de projetos habitacionais edificados por empresas construtoras, cooperativas habitacionais e ou pelo próprio Estado.

Ainda, corroborando com Lobato (1989), as terminologias auto-segregação e segregação imposta referem-se, respectivamente, à liberdade e à limitação. Ou seja, a primeira diz respeito a livre

escolha da classe dominante em onde e como morar. Enquanto isso, a segunda diz respeito as limitações que esta mesma classe impõe aos demais grupos sociais. Por isso que o onde e como são advérbios basilares da segregação. Em conjunto, ambos possuem a função de estudar a separação e padronização do espaço urbano por critérios de renda, cultura, funções e valores.

Com essa interpretação está o entendimento de que a segregação residencial implica em uma forma de privilegiar a classe dominante e, principalmente de controle e reprodução social, pois é nela está presente a auto-segregação e a segregação imposta, isto é, aquilo que está presente no relato experimental de deste trabalho – a auto-segregação do Condomínio Residencial Itirapuã e a segregação imposta ao Conjunto Habitacional João de Barro.

Neste sentido, Negri (2008, p.135) afirma que “Morar em um bairro popular não depende somente de suas características culturais, étnicas ou raciais, mas da reprodução da força de trabalho que o capital precisa para reproduzir-se.” Por assim ser, isso corrobora, ainda segundo suas palavras, que a segregação é mais que uma divisão de classes no espaço urbano, chegando a ser uma ferramenta de manipulação desse espaço (Negri, 2008). Sendo assim, a segregação socioespacial tem por essência o desequilíbrio na oferta de oportunidades em diferentes e consequentes níveis – de níveis econômicos culturais a políticos a sociais, entre outros.

Em suma, isso faz dialogar sobre o lugar, que é o espaço do acontecer, do viver e do resistir. Este lugar está inserido no mundo, e globalizado por ele (o mundo), impulsiona o agir das possibilidades e oportunidades, mas também das necessidades. Por tal que seja, é possível retratar que:

O Lugar é então o meio possível de manifestação da globalização, mas também pode ser um meio de resistência à hegemonia do global, do capital global, dos padrões globais de funcionamento da sociedade em suas diferentes áreas. Por isso, Milton Santos chama a atenção para a força dos Lugares e também para a guerra dos Lugares –que é onde o capital pode se instalar.

O Lugar sofre, nesse entendimento, os impactos das transformações provocadas pela globalização, conforme suas particularidades e em função de suas possibilidades. A eficácia das ações em nível global está, assim, na dependência da possibilidade de sua materialidade nos Lugares. (Cavalcanti, 2009, p. 140)

Resume-se, portanto, que o mundo possibilita, os lugares oportunizam e as pessoas necessitam. Por vezes, estas possibilidades não agem como se propaganda, os lugares não atendem como se exigem e as pessoas não consomem o que todos acham que se necessitam. Nesta problematização está a segregação socioespacial, tal qual relataremos a seguir.

O CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DE BARRO E O CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ITIRAPUÃ COMO LUGARES DA SEGREGAÇÃO

Marialva enquanto município foi desenhada para atender os critérios de desenvolvimento regional tratado pela CMNP Companhia Melhoramento Norte do Paraná. Tendo, assim, uma configuração padronizada, onde, em geral, nos núcleos urbanos centravam o comércio, estações de trem, indústrias e moradias, enquanto os lotes rurais (de 5 a 30 alqueires) eram divididos a partir de vias importantes (carreadores situados nos divisores de água) até a baixa vertente (córregos). Muitas vezes a parte superior da vertente servia para plantações e as partes mais baixas para casas e pastagens.

Inicialmente padronizada no plano de desenvolvimento, ao longo dos anos apresentou uma conformação diferente no seu espaço geográfico, assumindo novos padrões de moradias, comunidades e bairros que se elaboraram de acordo com fatores econômicos. A exemplo disso estão seguintes lugares: o Conjunto Habitacional João de Barro e o Condomínio Residencial Itirapuã, duas áreas de configurações contrastantes como veremos a seguir:

Localizados na região noroeste da área urbana do município de Marialva, como demonstra a figura 3, o Conjunto Habitacional João de Barro e o Condomínio Residencial Itirapuã são habitações de diferentes origens e funções, principalmente no critério de renda.

Figura 3 – Mapa de localização do Conjunto Habitacional João de Barro e o Condomínio Residencial Itirapuã, Marialva – PR – 2024.



Fonte: Google Maps (2024).

O mapa acima destaca a localização de ambos os conjuntos, sendo que o primeiro, construído para atender a classe social mais baixa, e o segundo, para atender uma classe social mais alta. No mais, adjuntos numa área periférica da cidade, cada conjunto habitacional possui uma origem e finalidade diferente. O primeiro – o Conjunto Habitacional João de Barro, com um projeto de governo inicial voltado às famílias de baixa renda, atualmente vem ganhando maiores dimensões resultantes da evolução populacional do município.

Enquanto isso, o segundo – o Condomínio Residencial Itirapuã, funciona como uma empresa Residencial, ofertando terrenos e edifícios em um espaço fechado e controlado – típicos de grandes centros urbanos que optam por segregar essas pessoas, apoiando-se em critérios econômicos.

Por essas configurações é que se necessita estudar, e de maneira escalar (do lugar ao global) a temática segregação socioespacial, partindo de relatos experimentais na cidade de Marialva à fenômenos que ocorrem em grandes centros urbanos, ou de interferência global.

O LUGAR DE VIVÊNCIA COMO ESTUDO DO GLOBAL: UM RELATO EXPERIMENTAL DO CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DE BARRO E DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ITIRAPUÃ

Segregação socioespacial - é este fenômeno instigante que interessa neste primeiro momento. Marcante no espaço geográfico, esta temática foi utilizada numa aula experimental, em uma turma 2º ano do ensino médio, no Colégio Estadual Cívico-militar Pedro Viriato Parigot de Souza, localizado no município de Marialva, no estado do Paraná.

Desse modo, inicialmente foi introduzida imagens de recortes espaciais do município de Marialva, em especial da área urbana – incentivando a instigações sobre os diferentes lugares. Posteriormente foi trabalhado a temática focando em aspectos conceituais e questões que circulam pelos principais centros urbanos do Brasil, sendo que, gradativamente, alcançaram-se escalas locais – utilizando exemplos de segregações espaciais no município de Marialva. Neste sentido, observa-se uma ordem didática partindo da escala local para a mundial e retornando o local, reafirmando assim, o estudo do local/lugar como forma de instrumentalizar os alunos sobre o tema – interpretando as diferentes realidades.

A partir disso, um choque de realidade chamou atenção na sala de aula – muitos alunos, instigados pelos recortes espaciais do município, começaram a participar incessantemente da aula: argumentaram, questionaram e trouxeram outros exemplos que não foram abordados na aula expositiva, mas que os próprios alunos incluíram nas reflexões. Exemplo disso é demonstrado na figura 4, a qual representa um recorte espacial mencionado por um dos alunos.

Figura 4: Segregação socioespacial entre o Conjunto Habitacional João de Barro e o Condomínio Residencial Itirapuã, localizados no município de Marialva – PR - 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Google Maps (2024).

Nesta imagem é possível perceber, diretamente, a segregação socioespacial entre duas áreas – o Conjunto Habitacional João de Barro e o Condomínio Residencial Itirapuã. Ainda assim, alguns alunos, instigados pela introdução de novos loteamentos ao redor do bairro de baixa renda e o condomínio fechado, argumentaram sobre as futuras instalações e os impactos que serão causados.

No dia posterior, agora em outra turma do 2º ano do mesmo colégio, foi apresentado um trabalho com o tema Desigualdade Social no Meio Urbano – temática relacionada ao processo de segregação socioespacial discutida na turma anterior.

Este trabalho apresentado por um grupo de estudantes trouxeram conceitos e exemplos de desigualdades na área urbana do município de Marialva. Os alunos que acompanharam a apresentação deram início a uma sequência de discussões direcionadas ao grupo que apresentou a temática. Nessa dinâmica didática muitas dúvidas foram debatidas sobre exemplos de desigualdades sociais em Marialva e ou em outras realidades urbanas.

Com tudo isso, torna-se evidente que o professor não é somente um transmissor de conhecimento, mas aquele mediador que se comunica com seus alunos através de conhecimentos produzidos por ambos os personagens. Portanto, aquilo que é provocado, incentivado e exemplificado faz dos alunos participantes ativos das suas aprendizagens. Isso denota que aulas voltadas a assuntos conectados à realidade socioespacial, quando trabalhadas de modo a considerar o global presente no lugar, permite abrir espaços de diálogos instigantes aos olhos dos alunos. Sendo assim, despertando questões a sua materialização e ou vivências no espaço geográfico em estudo.

Neste sentido, Castellar (2009, p. 38) diz que “Compreender o Lugar de vivência, a cidade e sua paisagem é dar sentido à identidade que os indivíduos têm dos objetos naturais e fabricados.”. Em suma, no espaço urbano de vivência do aluno, este sujeito passa a enxergar e a assimilar a situação global com o lugar. Percebe-se que o lugar desperta no aluno, portanto, os sentidos sensoriais do global. Ou seja, o aluno sente a presença das problemáticas geográficas de maneira proximal. Por isso, que “Ao compreender as paisagens dos Lugares, destacando suas singularidades, também damos importância ao que é universal, dando sentido à ideia de Lugar.” (Castellar, 2009, p. 39).

Com essas interpretações evidencia-se que, no mundo (o global) marcado pelo meio informacional, a análise de tempos e de espaços sem ao menos sair de sua realidade vivida (o lugar), é uma possibilidade motivadora da produção de conhecimentos. E, em meio a este espaço geográfico marcado pelas constantes transformações técnica, científicas e informacionais, o professor se mantém como articulador entre os conhecimentos didáticos-pedagógicos e conhecimento geográfico, onde há um esforço intelectual, uma produção ativa e resultados motivadores, apesar da acentuada responsabilização por parte do sistema educacional imposta em sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de geografia tem a capacidade de propiciar um pensamento com diversas ramificações – uma aprendizagem ininterrupta, onde ao professor cabe o papel de mediador entre o conhecimento e o aluno, e a este último, a reflexão sobre o espaço geográfico.

A Geografia escolar deve possuir um caráter ativo, não somente pela sua importância enquanto disciplina, mas também no sentido da criatividade e da interatividade as quais transformam o ensino em um estímulo a aprendizagem. E isso deve ser feito de tal modo que desperte uma

perspectiva ou uma leitura crítica do aparente. Ou seja, fazendo o indivíduo enxergar o mundo como ele realmente é e como deve ou pode ser, interpretando também a essência dos fenômenos.

Dessa essência, que surge da educação geográfica, a participação do alunado torna-se um produto dessa produção. Uma produção que “[...] permita ao aluno assumir posições diante dos problemas [...] aumentando o seu nível de consciência sobre as responsabilidades e os direitos sociais [...]”. (Pontuschka, 2000, p. 148). Com isso, as práticas participativas em sala de aula servem como um espelho para além dos limites físicos da escola. Em vista disso, a escola, mais do que ensinar informações ao aluno, precisa despertar o senso crítico, a visão atenta e a compreensão ativa. E ao aluno, sobre a visualização do espaço geográfico em que atua, sua percepção se amplia e permite, assim, visualizar a essências dos objetos e das ações, os quais aparentam ser simplesmente, de causas inquestionáveis e de compreensões pacíficas.

A conclusão que se modela é que Geografia não precisa ser decorativa como muitos pensam. Pelo contrário, deve-se trabalhar o conhecimento, onde se fundamentem na necessidade de expor a utilidade da ciência geográfica no mundo, principalmente no que diz respeito ao lugar do homem no espaço geográfico e como este homem pode construir caminhos diferentes em busca do seu próprio sentido de existência no mundo. A questão que se constrói é a seguinte: Sendo o homem um ser feito para evoluir, quais caminhos ele pode seguir para cumprir seu propósito e redescobrir os espaços geográficos que são tão inquietos? A Geografia Escolar pode ter também essa finalidade educativa e formadora dos sujeitos.

REFERENCIAS

CAMINHOS DA UVA, ROTA DO TURISMO RURAL DE MARIALVA É LANÇADA NA EXPO INGÁ 2022. **Prefeitura Municipal de Marialva**, 06 de junho de 2022. Disponível em: https://www.marialva.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1443090&id_secretaria=3342. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

CALLAI, Helena Copetti. A formação do professor de Geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 20, n. 1, 1995.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Lugar de vivência: a cidade e a aprendizagem IN: PEREIRA, Marcelo Garrida (Ed.). **La Espesura del lugar: reflexiones sobre el espacio en el mundo educativo**. 1. ed. Santiago do Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, p. 39-56, 2009.

CAVALCANTI, L. A educação geográfica e a formação de conceitos: a importância do lugar no ensino de Geografia IN: PEREIRA, M. G. (Ed.). **La Espesura del lugar: reflexiones sobre el espacio en el mundo educativo**. 1ª ed. Santiago do Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2009. p. 135-151.

GOERGEN, Pedro. Educação e diálogo. In: GOERGEN, Pedro et al. **Educação e diálogo**. Maringá: EDUEM, 2010. P. 13- 274.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico Município de Marialva**. Marialva, 2024.

LOBATO, Roberto Corrêa. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, S.A., 1989.

IBGE. **Marialva**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marialva/panorama>. Acesso em: 1 de outubro de 2023.

MARIALVA PR. **Cidadania ativa**. 2021. Disponível em: <https://cidadaniaativa.com.br/municipio/marialva-pr>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.

MARIALVA. **Plano Municipal de Educação 2015/2024**. Portaria n. 2.955/2015. Marialva PR: Prefeitura Municipal de Marialva/ Secretaria Municipal de Educação.

MOURA, Ivete. Marialva ontem e hoje, uma lição de crescimento e cidadania. **Prefeitura Municipal de Marialva**, 2018. Disponível em: <https://www.marialva.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1374557>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação socioespacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 8, n. 08, p. 129-153, 2008.

O EXEMPLO DE MARIALVA E SUA UVA FINA. **O Maringá**, Marialva, 2021. Disponível em: <https://omaringa.com.br/noticias/regiao/marialva/o-exemplo-de-marialva-e-sua-uva-fina/#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20de%20Marialva%20com,monoculturas%20mecanizadas%2C%20co%20a%20soja>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.145-154, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Espaço Geográfico e Urbanização, IN.: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 55-116.

SANTOS, Milton. Globalização e Meio Técnico-Científico, IN.: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 119-170.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 6. Ed. 3. Reimp. - São Paulo: Edusp, 2021.